

Data: 13.11.02

Proc. 2300657544 - Falência

Autora: DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ

LTDA.

Ré: NEIVA MARIA DOS SANTOS BRAZ-ME

2ª Vara Cível

Prolator: Bento Fernandes de Barros Junior

Vistos etc...

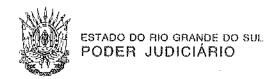
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA

CRUZ LTDA., qualificada à fl. 02, ajuizou a presente em face de NEIVA MARIA DOS SANTOS BRAZ-ME, também ali qualificada, dizendo: a ré contraiu débito, novado em instrumento de confissão com garantia de promissórias; a demandada quitou somente uma cambial; é credora da quantia de R\$ 11.065,23; existiu protesto. Requereu: citação; no caso de depósito elisivo, inclusão de acessórios, custas e honorários; e procedência. Deu o valor de R\$ 11.065,23. Juntou procuração e documentos. Preparou. Citada, a ré <u>defendeu-se</u>: desvirtuada a finalidade da falência; a autora quer seu crédito; inviável o depósito elisivo, diante da exiguidade do prazo e da expressão da dívida; sempre pretendeu honrar seus compromissos; deseja composição em audiência conciliatória; não vem exercendo atividade há 02 anos; deixou de dar baixa definitiva em razão de pendências e dos custos; postulável a quebra somente ante o valor protestado e não, sobre a totalidade do acordado. Pediu: audiência conciliatória; improcedência; e sucumbência. Protestou por provas. Acostou procuração. A demandante manifestou-se: usou de um direito; a requerida deixou de trazer motivo justificado para não quitar as cártulas; referiu acórdãos; desde junho de 2001 a autora não fez qualquer contato para pagamento ou composição; o

instrumento previu vencimento antecipado; protelatório o pleito de

PJ - 2





audiência. <u>Ratificou</u> a inicial. As partes <u>silenciaram</u> sobre produção de outras provas. O M.P. <u>opinou</u> pela decretação. <u>Certificou-se</u> acerca de outros feitos. É o <u>relatório</u>.

Clara a impontualidade, demonstrada pelo protesto.

Indesmentível a situação de insolvência, em face do elevado valor da dívida e do fato de a autora haver encerrado as atividades justamente devido às dificuldades financeiras.

Desimporta ao desfecho da lide se o débito alcança toda a confissão ou somente o valor protestado.

A demandante utilizou-se de meio legítimo em busca de seu direito, optando por falência ao invés de execução.

Regulares os protestos.

Não se vislumbra qualquer sucesso em audiência conciliatória, diante da situação da requerida e da firme posição da requerente em réplica.

Isto posto, <u>DECRETO</u> a falência de *NEIVA MARIA DOS* SANTOS BRAZ-ME, empresa individual, CGCMF 94.262.599/0001-85, estabelecida nesta cidade na Rua Minas Gerais, nº 402, , às 12 horas de hoje. **NOMEIO** síndica, sob compromisso, a demandante. **TRAGA** falida, em 03 dias, relação completa de credores. CIÊNCIA às Fazendas Públicas. COM.-SE às Varas Cíveis, à Justiça Federal e à Justiça do Trabalho locais. **OFICIE-SE** aos bancos da cidade, no sentido de encerrarem-se as contas da falida e pedindo informe de saldo. **FIXO** o prazo de 20 dias para habilitação dos credores. **CUMPRA** o cartório o disposto nos arts. 15, 16 e 34, da Lei de Falências. **ESTIPULO** o termo degal no 60° dia anterior à data do primeiro protesto. Para tal





REQUISITE-SE, devidamente cotada, certidão ao Cartório de Protestos local. *Publique-se*. *Anote-se*. *Intimem-se*, inclusive o M.P..

Rio Grande 3 de Novembro 2002.

Bento Fernandes de Barros Junior,

Juiz de Direito

RECERIMENTO

En Escrivãos

mandedo de lacração e Codetal nacionales dos 2